

Pesquisa-intervenção para equidade de gênero no eixo saúde-educação

Investigación de intervención para la equidad de género en el eje educación en salud

Intervention research for gender equity in the health-education axis

Helen Barbosa dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre - RS/Brasil

ORCID: 0000-0002-7732-3647

E-mail: helenpsi@yahoo.com.br

Ana Carolina Leal Trajano

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre - RS/Brasil

ORCID: 0009-0003-9359-9883

E-mail: a.trajano@edu.pucrs.br

Angelo Brandelli Costa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre - RS/Brasil

ORCID: 0000-0002-0742-8152

E-mail: angelo.costa@pucrs.br

Resumo

Pesquisas voltadas ao público jovem LGBTQIA+ nos serviços públicos são relevantes no contexto de neoconservadorismo brasileiro, em que ocorre a exclusão e violência a corpos fora da cisheteronormatividade. A pesquisa Pós-Doutoral nomeada como “Promoção à Equidade de Gênero: estratégias de educação teórico-prática de gestores e profissionais da educação no ensino médio” é um projeto do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP) da Pós-Graduação da PUCRS. O objetivo desse artigo é analisar os processos de educação teórico-prática direcionados a profissionais e gestores no âmbito da saúde (atenção básica) e educação (ensino fundamental e médio). A pesquisa foi realizada com apoio do Programa Saúde na Escola e da Secretaria de Saúde de uma cidade litorânea do Rio Grande do Sul. A metodologia é baseada na pesquisa-intervenção no campo da psicologia social, em autores pós-estruturalistas, interseccionais e da Analítica Queer. As percepções dos educadores e profissionais da saúde, advieram de experiências profissionais, mas também daquelas vividas enquanto pais/mães/filhos. A sistematização do questionário e as narrativas, nas distintas fases da pesquisa-intervenção, revelaram os preconceitos às minorias de gênero e sexualidade LGBTQIA+ e também os desafios de profissionais da educação que emergiram em torno do indissociável eixo família-escola. As reflexões geradas possibilitaram questionar quais racionalidades estão por trás de certas problemáticas abordadas nos serviços de educação e saúde, o que possibilita qualificar a intersectorialidade das políticas públicas.

Palavras-chaves: Família; LGBTTQIA+; Escola; Saúde; Educação.

Resumen

Las investigaciones dirigidas al público joven LGBTQIA+ en los servicios públicos son relevantes en el contexto del neoconservadurismo brasileño, en el que ocurren exclusión y violencia contra cuerpos fuera de la cisheteronormatividad. La investigación Postdoctoral denominada “Promoción de la Igualdad de Género: estrategias de educación teórico-práctica para directivos y profesionales de la educación en el nivel medio superior” es un proyecto del Grupo de Investigación en Prejuicios, Vulnerabilidad y Procesos Psicossociales

(PVPP) del Programa de Posgrado de la PUCRS. El objetivo de este artículo es analizar los procesos de formación teórico-práctica dirigidos a profesionales y directivos del ámbito de la salud (atención primaria) y de la educación (educación primaria y secundaria). La investigación se realizó con el apoyo del Programa de Salud Escolar y de la Secretaría de Salud de una ciudad costera de Rio Grande do Sul. La metodología se basa en investigaciones de intervención en el campo de la psicología social, sobre autores postestructuralistas, interseccionales y analíticos Queer. Las percepciones de

educadores y profesionales de la salud provienen de experiencias profesionales, pero también de aquellas vividas como padres/madres/hijos. La sistematización del cuestionario y de las narrativas, en las diferentes fases de la investigación de intervención, reveló los prejuicios contra las minorías de género y sexualidad LGBTQIA+ y también los desafíos de los profesionales de la educación que surgieron en torno al inseparable eje familia-escuela. Las reflexiones generadas permitieron cuestionar qué racionalidades están detrás de ciertos problemas abordados en los servicios de educación y salud, lo que permite calificar la intersectorialidad de las políticas públicas.

Palabras clave: Familia; LGBTQIA+; Escuela; Salud; Educación.

Abstract

The investigations aimed at young LGBTQIA+ audiences in public services are relevant in the context of Brazilian neoconservadurismo, in which exclusion and violence against bodies occurs outside of cisheteronormatividade. The Postdoctoral research called "Promotion of Gender Equality: theoretical-practical education strategies for directors and education professionals at the upper middle level" is a project of the Research Group on Harm, Vulnerability and

Psychosocial Processes (PVPP) of the Program of Posgrado de la PUCRS. The objective of this article is to analyze the theoretical-practical training processes aimed at professionals and directives within the scope of health (primary care) and education (primary and secondary education). The investigation was carried out with the support of the School Health Program and the Health Secretariat of a coastal city in Rio Grande do Sul. The methodology is based on intervention investigations in the field of social psychology, on post-structuralist, intersectional and Queer analytics. . The perceptions of health educators and professionals come from professional experiences, but also from those lived as priests/mothers/hijos. The systematization of the questionnaires and narratives, in the different phases of the intervention investigation, reveals the harms against LGBTQIA+ gender and sexual minorities and also the challenges of educational professionals that arise around the inseparable eje familia-school . The generated reflections allow us to question what rationalities are behind certain problems addressed in education and health services, which allows us to calculate the intersectionality of public policies.

Keywords: Family; LGBTTQIA+; School; Health; Education.

Introdução

Este estudo¹ consiste em um relato de experiência da pesquisa Pós-Doutoral nomeado como *Promoção à Equidade de Gênero para educação teórico-prática de gestores e profissionais da educação e saúde*². É vinculado como um Projeto de Pesquisa-Extensão do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP) da Pós-Graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. A pesquisa inclui a participação da Coordenação do Grupo PVPP e Pós-doutoranda, autora do projeto de pesquisa, bem como uma auxiliar de pesquisa de Iniciação Científica do curso de graduação em Psicologia.

O objetivo central da pesquisa-intervenção foi a implementação, avaliação e

acompanhamento de estratégias de educação teórico-práticas em equidade de gênero, com foco na diversidade sexual e de gênero das juventudes LGBTQIA+. Especificamente, para esse artigo, salientamos os processos de educação teórico-prática direcionados a profissionais e gestores no âmbito da saúde (atenção básica) e educação (ensino fundamental e ensino médio). Contextualizamos a análise de encomenda e demanda, bem como os principais aspectos que emergiram no processo de educação em equidade de gênero. Diante das contingências políticas e sociais e os desafios e agenciamentos coletivos que moldaram essa pesquisa-intervenção, analisaremos as percepções dos profissionais e gestores tendo como pressupostos teóricos estudos feministas, *queer* e decoloniais da psicologia social. Entende-se a promoção de equidade de gênero

¹ Os autores declaram que esta contribuição é original e inédita. Desse modo, assegura-se que a obra não foi publicada em outro periódico científico.

² Bolsista CNPQ Pós-Doutorado Júnior; Chamada CNPq 25/2021 (realizado entre julho de 2022 à julho de 2024)

como uma estratégia de prevenção à violência entre jovens, especialmente às minorias de gênero e sexualidade.

A pesquisa foi realizada em uma cidade litorânea de médio porte, (45 mil pessoas), no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, a partir de novembro de 2022, através do Programa Saúde na Escola do município. Específico para essa pesquisa a ser desenvolvida no campo das políticas públicas, sublinha-se o Programa Saúde na Escola (PSE), sancionada pelo decreto presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 e desenvolvido intersetorialmente pelos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC).

A integração entre Escola e Atenção Primária em Saúde é a base do PSE. “O Estado do Rio Grande do Sul possui 4.584 escolas inseridas no PSE, distribuídas em 437 municípios, com 2.451 equipes, alcançando 1.102.850 alunos, além de 1.336 escolas de educação infantil, nas quais estão vinculadas 87.792 crianças” (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2021, p.110). Dividida em quatorze eixos de atuação³ para promoção e prevenção em saúde, são incluídas iniciativas que articulam a promoção da saúde sexual e reprodutiva com o debate sobre gênero e orientação sexual.

No entanto, percebe-se, nesse estudo, que o Programa Saúde na Escola pouco avançou em termos de inclusão das pautas pertinentes à população LGBTQIA+, apesar da existência da Portaria nº 2.836 (Brasil, 2011) que instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros⁴ e Transexuais (LGBTTT). Em sua diretriz, salienta a necessidade de sensibilizar os profissionais em relação aos direitos LGBTQIA+, principalmente, relacionados a expressão da sexualidade de forma livre, autêntica e sem

repressão. Além disso, visa o enfrentamento às discriminações como de identidade de gênero, orientação sexual, raça e cor de maneira interseccional nos processos de educação permanente desses profissionais. (Brasil, 2013).

Relativo ao Programa Saúde na Escola, seu objetivo também seria gerar soluções para desafios operacionais, como a implementação de estratégias de capacitação de profissionais e a elaboração de materiais educativos (Dantas, 2018). Todavia, é necessário expandir prerrogativas cisheteronormativas de educação no campo da sexualidade e nas relações de gênero, visto que as demandas e necessidades das minorias LGBTQIA+ ainda se mantêm ofuscadas nessas iniciativas. Essa é uma das principais justificativas para visibilizar as problemáticas associadas à população jovem LGBTQIA+.

A heteronormatividade só pode existir como tal porque antes existe a cisheteronormatividade (Rosa, 2020, p. 68). Em outras palavras, a norma da heterossexualidade só pode ser eficaz como padrão de relacionamento quando os corpos são presumidos como cisgêneros, ou seja, quando a identidade de gênero do indivíduo corresponde ao sexo atribuído no nascimento. A partir dessa perspectiva, qualquer desvio dessa norma é frequentemente marginalizado e submetido a formas de discriminação e opressão (Grespan & Gollner, 2012). O termo cisgênero foi desenvolvido para desnaturalizar a implicação de normalidade e anormalidade e promover um entendimento inclusivo da diversidade de experiências relacionadas a gênero, em face da suposição de que a identidade transgênero é meramente um desvio da norma em vez de ser reconhecida como parte da diversidade natural.

Em pesquisas como de Martins (2017) e Klug, Lima e Lebedeff (2016), a escola ainda

atribuído a eles no nascimento, enquanto “gênero diverso” abrange pessoas que se autoidentificam como tendo uma identidade de gênero que destoa da binariedade masculino e feminino, (por exemplo, não-binário, queer e a-gênero). (Blankenheim, Pizzinato, & Costa, 2021).

³ O planejamento do PSE no município deve contemplar ações em 14 eixos, conforme consta em <https://atencaobasica.saude.rs.gov.br/programa-saude-na-escola>

⁴ O termo “transgênero” refere-se a indivíduos cuja identidade de gênero não se alinha com o gênero

está centrada na leitura biologicista em torno da sexualidade e das relações de gênero. Os dispositivos pedagógicos mobilizam a binariedade entre o feminino e masculino ao passo que movimentos de resistências se produzem em distintos âmbitos, muitas vezes a partir de agenciamentos coletivos localizados. No caso do processo de implementação de educação em saúde através do PSE, ocorrem distintas inteligibilidades sobre as problemáticas sociais, visto que as iniciativas são construídas a nível regional e municipal, a partir das instituições públicas de ensino e da saúde.

Na análise de tomada de decisão e da organização de atividades práticas no âmbito do PSE, Sousa, Esperidião e Medina (2017) observaram que o campo da Saúde exercia liderança, enquanto a Educação tinha uma participação periférica. As atividades de saúde promovidas nas escolas do município analisado, ainda seguiam uma abordagem biomédica, com predominância de palestras, e as ações desenvolvidas continuavam sendo principalmente atribuídas ao setor saúde.

Assim, o uso da pesquisa-intervenção visa o acolhimento das distintas racionalidades em torno do tema, com participação ativa dos gestores e profissionais da saúde e educação no mapeamento das demandas e na qualificação de políticas públicas para a equidade de gênero e sexualidade no que concerne ao cuidado às juventudes. Isso porque possibilita uma forma de pensar a respeito das práticas em torno de temáticas que envolvem, de maneira colegiada, a promoção de equidade de gênero, relacionada especialmente às minorias de gênero e sexualidade.

A Análise Institucional nasceu na década de 60 na França e foi introduzida na América Latina, incluindo o Brasil, a partir de estudiosos como Lourau (1975), Lapassade (1998), Guattari (2006), Baremlitt (2002), entre outros. A Análise Institucional, iniciada através do movimento institucionalista, foi

pensada a partir da Sócioanálise, com Lourau e Lapassade, e da Esquizoanálise com Deleuze e Guattari. (Rocha, 2006). Utilizamos essa ferramenta para buscar entendimentos sobre as instituições a partir das relações e como produtora de subjetividades (Rodrigues, 2000). Intrinsecamente ligado a esta noção, está o processo de autoanálise dos coletivos, o que implica na produção de conhecimentos que são adquiridos pela experiência grupal e que na nossa sociedade são desconsiderados e subjugados pelos saberes produzidos (Guizardi, Lopes, & Cunha, 2015; Mattos & Baptista, 2015).

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Saúde, solicitou, no ano de 2022, espaço de educação permanente na área de sexualidade e gênero nas escolas, através das demandas de professores e diretores em reuniões técnicas do Programa Saúde na Escola. Esse pedido foi referenciado para a pesquisadora, que em vínculo de trabalho anterior, ofertava atenção psicossocial no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) neste município, do ano de 2019 a 2022. O fato de ter implantado grupo terapêutico multidisciplinar de frequência semanal à população jovem LGBTQIA+⁵ endereçou a ela o pedido de inclusão de espaços de qualificação das práticas de acolhimento às minorias jovens de gênero e sexualidade. (Santos, Knevez & Costa, 2024). O projeto de pesquisa, assim, partiu de uma implicação no campo de atuação anterior à pesquisa e buscou uma construção conjunta para além da distinção pesquisador versus objeto de pesquisa, bem como da pretensa neutralidade científica na geração de conhecimento.

Lourau (2020) introduz o conceito de implicação para problematizar o que se produz a partir da vinculação dos sujeitos com as instituições, bem como do pesquisador com os atores sociais. A configuração do campo da pesquisa se inicia com a relação do(a) pesquisador(a) com o tema pesquisado, para além da relação com o campo geográfico. A análise de implicação não inicia com a

⁵ O relato de experiência do Grupo de Atenção Psicossocial pode ser acessado em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/261704>

pesquisa, mas justamente a produz. Mesmo que fora do campo de trabalho, enquanto psicóloga da assistência, desdobra-se desse lugar um sentido atribuído ao pesquisar e aos atores sociais implicados nas demandas e necessidades de uma rede de cuidado. (Dóbies, 2022; Kroeff, Gavillon, & Ramm, 2020). Implicado se está, igualmente, porque há validação, tanto pelo Secretário de Saúde como pela coordenação do Programa de Saúde na Escola desse município, de uma trajetória profissional como um lugar de pertencimento (ser estudiosa no campo da equidade de gênero).

Valida-se, sobretudo, o lugar silenciado de jovens LGBTQIAP+ que apresentam diversas problemáticas de saúde mental devido a estigma e preconceito. A gestão municipal de saúde e educação preocuparam-se com os desfechos negativos: o município é considerado com uma grande prevalência de suicídios entre jovens. No ano de 2019 houve 36 suicídios (Ministério da Saúde, 2020), 90% eram menores de 20 anos de idade. Os relatos de profissionais e gestores do município coincidiram com os estudos sobre a alta prevalência e gravidade de sofrimento psicopatológico, transtornos mentais e comportamentos de risco à saúde, nas minorias de sexo e de gênero, quando comparado aos grupos cisgêneros e heteronormativos (Souza, Marques, Scanavino, Zamignani & Costa, 2022).

Assim, para cumprir o objetivo da iniciativa pós-doutoral, a pesquisa-intervenção mobilizou, primeiramente, a análise desse pedido por espaço de qualificação das práticas de atenção. Para tanto, realizaram-se encontros destinados à análise de encomenda e demanda, com base no entendimento da socioanálise francesa (Lourau, 1975).

A encomenda diz respeito ao motivo explícito que foi supracitado e a demanda como algo sempre a ser desvelado pelo próprio processo de encontro. (Aires & Bustamante, 2024). Parte inicial da pesquisa-intervenção, diz respeito à análise da encomenda direcionada pela instituição e posteriormente a

análise da demanda. Problematizar o que fora solicitado primeiramente entre os diversos atores sociais envolvidos, repercute numa pluralidade de aspectos emergentes que ampliam ou mesmo modificam o pedido feito pela instituição.

Nesse caso, a encomenda fora o desdobramento da demanda da própria pesquisadora por pensar o acolhimento da população LGBTQIA+ no eixo saúde-educação. No pedido de intervenção, a análise institucional pode observar também o que não é dito explicitamente. Nos encontros, as demandas vão sendo agenciadas de maneira mais complexa, a partir do momento em que se colocam novas questões a partir de um ponto inicial de apreensão da realidade que pode ter se dado antes mesmo do pedido da instituição.

Após o encontro de análise da demanda, ocorreu ainda no ano de 2022, a resistência da Câmara de Vereadores, que buscou o impedimento das temáticas de sexualidade e relações de gênero no âmbito escolar que estavam sendo articuladas pelo Programa Saúde na Escola. Mesmo tendo uma base de promoção em saúde baseada no modelo heterossexual e cisgênero, a iniciativa do PSE fora suspensa através do poder legislativo do município. Essa conjuntura criou desafios para a pesquisa doutoral, visto que a inserção da perspectiva feminista *Queer* para pensar a equidade de gênero propunha ainda mais avanços ético-políticos. Esse retrocesso atrasou consideravelmente a materialização de evento de educação teórico-prática planejado. Esse é um analisador pertinente de como a institucionalização do neoconservadorismo movimenta discursos de exclusão à diversidade e será melhor apresentado nos resultados e discussão.

Sanado os desafios vividos pela retaliação neoconservadora de alguns políticos, a Secretaria de Saúde do município estudado, convidou a pesquisadora e auxiliar de pesquisa para dar continuidade à pesquisa-intervenção, no ano de 2023, por meio da organização de dois encontros para os profissionais sobre a temática da saúde LGBTQIA+. As ações

trabalhadas deram ênfase às principais questões levantadas durante a análise de encomenda e de demanda que foram realizadas no ano de 2022. Nesse sentido, focou-se sobre as pluralidades de jovens no cenário LGBTQIA+ a partir das demandas explicitadas por distintos participantes. Escolheu-se trabalhar temáticas associadas a conceitos sobre relações de gênero e sexualidade na perspectiva interseccional e *Queer*, direitos sociais brasileiros, saúde mental, relação família/escola, prevenção às violências LGBTQIA+ e estratégias práticas em equidade de gênero enquanto panorama epistemológico e prático que expandem a educação sexual para além da centralidade em IST/HIV.

Os encontros de educação permanente compuseram o processo de implementação da Política da Promoção em Equidade em Saúde⁶, enquanto uma forma de resistência ao movimento neoconservador do município. Assim, os encontros teórico-práticos ocorreram, apesar dos atrasos de sua execução, destinado aos diversos atores sociais da saúde e educação no município, perfazendo 257 participantes ao total.

As reflexões geradas possibilitam questionar a racionalidade de como certas problemáticas têm sido abordadas ou mesmo invisibilizadas nos serviços de educação e saúde. Nesse artigo, é compartilhada a análise de dados qualitativos. Os resultados e discussão serão divididos em duas partes desse processo: as percepções de profissionais de saúde e educação na fase de análise da encomenda e demanda e em outra subsecção, a análise dos relatos suscitados a partir dos encontros teórico-práticos. Nesse ínterim, a pesquisa adequou-se aos distintos acontecimentos e pôde dinamizar as estratégias de materialização da pesquisa, conforme as demandas emergentes. Busca-se, com o conjunto dessa pesquisa, impacto técnico-científico relativo à qualificação de políticas públicas, visto que

esse projeto de pesquisa surge como efeito da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde/RS, representando a integração entre pesquisa, ensino universitário e políticas públicas.

Método

A imersão do (a) pesquisador(a) no campo-tema da pesquisa ocorreu mediante experiências advindas anteriormente à pesquisa e movimentou o pensamento em relação ao tema estudado. A conexão entre saúde e educação foi formalizada através do que chamamos de encomenda, ou seja, do que é primeiramente colocado como uma questão-problema, ou seja, o direcionamento inicial de uma demanda. Mas em todo processo de pesquisa-intervenção pretende-se, inicialmente, reunir distintos atores sociais implicados no cotidiano e a partir dessas demandas, buscar pela potência dos espaços coletivos, um adensamento dessas problemáticas.

As participações no Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) são reuniões realizadas mensalmente pelo Programa Saúde na Escola municipal, com referências do PSE da rede de atenção (atenção básica em saúde e ensino fundamental e médio), possibilitaram compreender quais eram os pontos nevrálgicos. Essa análise da encomenda, possibilitou planejar o encontro que ocorreu em 2022 para a análise da demanda.

A análise de demanda da pesquisa de pós-doutorado ocorreu em 2022, em um encontro para mapeamento da demanda com cerca de 25 profissionais e gestores. O encontro teve como público-alvo, profissionais da educação básica e profissionais dos serviços de atenção básica em saúde, incluindo gestores, de um município litorâneo do RS, em parceria com o PSE Municipal e Estadual. Dentre os

⁶ Decreto 203/2023 – Dispõem sobre as medidas para implementação de Política Municipal de Promoção da Equidade em Saúde: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/o/osorio/decreto/2023/21/203/decreto-n-203-2023-dispoe-sobre-as-medidas->

[para-implementacao-de-politica-municipal-de-promocao-da-equidade-em-saude](#)

profissionais que participaram, havia trabalhadores da Atenção Básica (agentes comunitários, médicos e enfermeiros), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Atendimento Integrado à Saúde do Educando (CAISE), Professores e Orientadores Educacionais da rede de ensino municipal e a Coordenação do PSE.

Na ocasião, problematizamos os principais aspectos relacionados aos entendimentos sobre minorias de gênero e sexualidade, bem como as angústias e dúvidas relativas ao processo de trabalho em torno dessa temática. Para tanto, disponibilizaram-se questionários para cada participante no encontro presencial. Após, houve o compartilhamento em grande grupo das questões:

a. “O que percebe ser importante enquanto estratégias de enfrentamento/acolhimento às situações de preconceito/estigma/violências que possam ocorrer à população relacionada à diversidade de gênero e sexualidade? Descreva e avalie as possíveis estratégias que têm sido efetivas no seu processo de trabalho e de sua equipe.”

b. “Quais são as situações mais recorrentes no seu trabalho, que lhe causam dúvidas e necessidade de reflexão/capacitação, acerca da temática de diversidade de gênero e sexualidade? Descreva e avalie os principais desafios e dificuldades.”

As ferramentas teóricas incluíam estudos feministas, interseccionais, políticas públicas, saúde coletiva. As ferramentas práticas foram baseadas no Promundo⁷ e EQUI-X, com vistas à promoção em equidade de gênero e a prevenção da violência de gênero. Essas metodologias foram acessadas durante Estágio Doutoral em Psicologia realizado na Universidade de Lisboa e com supervisão de

Professora/Pesquisadora alocada nesses projetos.

Tendo sido realizada a análise da demanda no ano de 2022, em novembro de 2023, foi realizado dois eventos de educação teórico-prática baseado nos resultados da análise da demanda, para 257 profissionais da atenção básica e educação. A divulgação e convocação para a participação esteve a cargo da Secretaria Municipal de Saúde através do Secretário Municipal e de suas coordenações por áreas. Foi executado através e em articulação com o Núcleo Municipal da Educação em Saúde Coletiva - NUMESC, destinado ao conjunto de trabalhadores/as da Secretaria Municipal de Saúde com foco na atenção da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras, Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e mais (LGBTQIA+).

A Análise Temática foi promovida como método de análise dos distintos espaços de educação teórico-prática a nível municipal e estadual. Trata-se de um método qualitativo que permite a organização e descrição detalhada do conjunto de dados (Braun & Clarke, 2006). Neste processo, o pesquisador identifica, analisa e relata padrões que surgem ao longo da análise, que podem também ser considerados temas.

A coleta dos conteúdos trazidos pelos participantes nesses espaços fora realizada através de Diário de Campo por uma auxiliar de pesquisa de Iniciação Científica. Kroeff, Gavillon, & Ramm (2020) assinalam que a escolha por essa ferramenta, possibilita registrar os caminhos metodológicos desempenhados ao longo do processo de pesquisa. O registro detalhado é como um mapa: expõem a história da pesquisa em um certo tempo e espaço, ao passo que possibilita a flexibilidade para que novos territórios

⁷ A adaptação e implementação de metodologia de educação teórico-prática desenvolvida nessa pesquisa participativa foi, em parte, baseada nos Programas H e M, Programa P, em especial no EQUI-X, enquanto metodologias transformadoras de normas de gênero que foram criadas pelo Promundo. O Instituto Promundo é

uma organização não-governamental brasileira que atua no Brasil e internacionalmente – com escritórios no Rio de Janeiro (Brasil), em Washington, DC (Estados Unidos) e em Kigali (Ruanda) – para relações de gênero equitativas. (Moura, Garraio & Roque, 2012).

subjetivos sejam construídos pela sua análise. As autorias também explicitam que as percepções e sentidos suscitados pelos pesquisadores durante o processo é um aspecto importante em pesquisas qualitativas. O diário de campo foi um exercício sobretudo importante para a inserção da auxiliar de pesquisa em relação à análise dos dados apreendidos, bem como de sua análise de implicação do início ao fim do estudo pós-doutoral.

Ademais, nesses distintos estágios de pesquisa, o diário de campo condensou distintos momentos e relações interinstitucionais envolvidas possibilitando uma sistematização tanto objetiva como de análise das relações de poder envolvidas. No interim entre a análise da demanda e a realização dos encontros de educação teórico-prática, houve um tempo transcorrido e o diário de campo foi uma estratégia muito importante nos entremeios das distintas fases da pesquisa.

Para análise dos dados coletados, a Análise Temática foi escolhida. Essa técnica envolve seis estágios que não transcorrem de maneira linear, mas sim de forma recursiva, permitindo que o pesquisador retorne a estágios anteriores conforme necessário (Braun & Clarke, 2006). Esses estágios incluem familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; identificação de temas nos dados coletados; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas; e escrita do relatório. A escrita, por sua vez, está presente em todo o processo de análise, sendo parte integral deste

(Braun & Clarke, 2006). Em relação à escolha da sistematização desses dados para o presente artigo, dividimos a seção Resultados e Discussão em dois momentos: 1) Análise de Demanda e Encomenda; 2) Encontros de educação teórico-práticas. Por fim, ressalta-se que essa pesquisa preserva o sigilo dos participantes e assim, não confere quaisquer prejuízos a esses. A pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa com seres humanos. Encontra-se na Plataforma Brasil sob o nº CAAE 39059120.0.0000.533 e Parecer de Aprovação nº 6.605.973. 2.

Resultados e discussão

1) Análise de Demanda e Encomenda

A pesquisa-intervenção enquanto metodologia de pesquisa participativa, possibilita a participação de grupos na busca de alternativas para as situações vividas, envolvendo um processo de compreensão e transformação da realidade (Aguiar; Rocha, 2007). No primeiro encontro com profissionais da saúde e da educação, ainda em 2022, percebemos as demandas concernente à proposta de pesquisa-intervenção. No gráfico abaixo, apresentam-se as temáticas avaliadas pelos participantes como pertinentes ao Projeto de Pesquisa-Extensão, o que suscita a análise temática desse estudo, tanto no referencial teórico como nas discussões de resultados.



Figura I: Resultado das temáticas mais relevantes a serem abordadas a respeito do projeto

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme mapeamento exposto acima, os profissionais identificaram que as principais temáticas a serem trabalhadas incluíam: a) o acolhimento às famílias dos jovens LGBTQIA+; b) o acolhimento na rede de saúde; c) o preconceito e os estigmas aprendidos durante a vida; d) a relação entre bullying e outros tipos de violência com a homofobia e transfobia e e) o desconhecimento sobre os direitos LGBTQIA+.

Ao proporcionar espaços de compartilhamento, de vivências associadas ao tema das minorias de gênero e sexualidade no dia a dia dos serviços de educação e saúde, foi percebida a influência das valorações morais nas múltiplas relações sociais no âmbito escolar e comunitário. Muitos participantes admitiram dificuldade em lidar com seus preconceitos e desconstruir os "próprios monstros". (Diário de Campo, 2022).

O preconceito e estigmas sociais produzem efeitos na saúde mental aos jovens LGBTQIA+. A violência contra jovens LGBTQIA+ é muito mais complexa do que violências físicas e verbais, inclui, também, a invisibilidade e o assujeitamento de pessoas trans (Ercoles, Miranda & Maio, 2020) na sociedade cisheteronormativa. Os efeitos psicossociais gerados, por exemplo, inclui alunos transgêneros com resultados escolares piores e evasão escolar devido à ausência de acolhimento ou mesmo um clima escolar ameaçador (Feijo et al., 2022). Os efeitos deletérios estão associados principalmente à autolesão, ideação suicida/tentativa de suicídio, ansiedade/fobia social, uso de substâncias psicoativas, dentre outras sintomatologias já antes analisadas por autorias como os de Santos e Adinolfi. (2021); Souza, et al. (2022); Chinazzo et al. (2021).

A Teoria do Estresse de Minoria investiga e aprofunda de que forma o estresse relacionado à discriminação e marginalização

afeta a saúde mental daqueles que pertencem a grupos de minorias, tanto de gênero quanto de orientação sexual (Dunn, Gonzalez, Costa, Nardi, & Iantaffi, 2014)). Esse estresse surge como fruto da discrepância entre a saúde mental encontrada em minorias, em relação a populações cisgêneras e heterossexuais. Compreende-se estresse de minorias como: as experiências diretas de preconceito (por exemplo, barreiras de acesso ao serviços de saúde motivados por discriminação, e violência), expectativas de discriminação (ou seja, a percepção de que o comportamento sexual e a identidade de gênero não serão aceitos - levando a evitação de serviços escolares e de saúde) e o preconceito internalizado na forma de sentimentos e crenças negativas que o indivíduo tem a respeito de sua orientação sexual e identidade de gênero (Mongelli, et al., 2019). A teoria sugere que o estresse adicional necessário para se adaptar a um ambiente social hostil pode sobrecarregar os recursos pessoais de enfrentamento, dificultando assim a possibilidade de lidar com outros estressores da vida cotidiana.

Muitos profissionais e gestores sentem-se angustiados com os relatos recorrentes de preconceito, discriminação e violência sofridos pelos adolescentes LGBTQIA+. Esse aspecto demonstra a complexidade do processo de trabalho, para além dos entendimentos reducionistas que binarizam o preconceito de um não-preconceito. Entre esse processo ambíguo de tomada de consciência, a maioria dos profissionais demonstra a consciência de suas dificuldades em relação a essa problemática social, bem como a disponibilidade e interesse para a temática.

A falta de um local acolhedor e livre de estigmas, somado ao despreparo por parte dos profissionais podem justificar o distanciamento da população LGBTQIA+ do serviço de saúde

(Shihadeh, Pessoa, & Silva, 2021). Assim como no estudo de Gomes e Tesser Jr. (2022), profissionais da Atenção Básica, no nosso estudo, afirmaram que não incluem perguntas sobre sexualidade ou identidade de gênero em suas rotinas de atendimento aos pacientes. Eles destacaram a necessidade de desconstruir estigmas e abordar essa questão de forma mais natural, visando um atendimento mais abrangente e adequado.

Reiterando os achados desses estudos, no encontro de análise da demanda, algumas das demandas trazidas pelos profissionais se relacionam à dificuldade em classificar os termos adequados para cada indivíduo, tensão ao abordar esse assunto com os pais e dificuldade para trazer essa temática ao serviço, sem viés preconceituoso, mas sim como um assunto de saúde pública e dignidade social. Constata-se, portanto, que a maioria dos profissionais sente necessidade de atualização constante referente ao assunto, por se tratar de um “tema bastante fluido” (Diário de Campo, 2022).

Questões basais apareceram tanto entre profissionais da educação como da saúde: “Qual a diferença entre gênero e sexualidade?” “O que se constitui como “Homofobia” e “Transfobia?””, “Como lidar com a questão do nome social quando a pessoa trans é menor de idade?” (Diário de Campo, 2022). A questão das siglas de identificação e pronomes de tratamento provocam “confusão”. Essas questões suscitadas, demonstram a necessidade de saber o gênero/sexualidade através das nomenclaturas e documentação como condicionalidade para a aceitação da identidade de gênero, tornando obrigatória a marcação de subjetividades a partir da regulação do Estado.

Os estigmas presentes entre tantos atores sociais rompem a ilusão de barreiras institucionais entre dentro e fora dos muros da escola ou dos serviços de saúde. Os estigmas se relacionam não apenas à falta de ferramentas de conhecimento e diálogo sobre a temática, mas enquanto reflexo de uma sociedade que identifica a sexualidade e gênero fora das bordas cisheteronormativa como “modismo” e

tendendo ao perigo do “contágio social”. (Diário de campo, 2022). A indefinição de sexualidade e gênero, como a bissexualidade ou corpos não-binários causam apreensão.

Alguns profissionais de saúde e educação questionaram até que ponto tais identidades estão consolidadas e devem ser reconhecidas? O “modismo” para as crianças e adolescentes, é atribuído pelos profissionais à precocidade, pois estariam se relacionando com pessoas de gênero oposto cada vez mais cedo e questionando se quer ser menino ou menina (Diário de Campo, 2022).

Os adolescentes estariam apresentando, nesse panorama, questões de sexualidade e “troca” de gênero mais cedo, com 10/11 anos de idade. O grupo discute essas narrativas relacionando-as com o maior acesso a informações e com a liberdade de expressão que temos nos dias de hoje. O modismo estaria sobre a influência do uso de mídias digitais como o aplicativo *TikTok*, acessado por crianças e adolescentes. Diante dessas questões trazidas, questionamos: há uma suposta precocidade na experimentação do corpo ou há, na atualidade, condições de possibilidades de expressão de sexualidade e gêneros à margem? Será que é algo novo ou o preconceito e violência recrudescidos em outras épocas não permitiam suas expressões?

Entre a assunção de direitos humanos em eterna disputa por movimentos sociais e políticas públicas de bem-estar social, ainda reside entre os profissionais alguns estigmas que se conectam às noções cisheteronormativas em que contágio social revela implicitamente corpos dissidentes como potencialmente perigosos a uma ilusória homeostase social perdida. Entre uma pequena parcela dos participantes, ocorre pressupostos de um preconceito às avessas: “Se você não aderir aquele grupo (se referindo a homossexualidade), você está fora, ou é taxado de homofóbico”. (Diário de Campo, 2022).

Ou seja, em um dado momento percebemos que havia uma percepção de que jovens LGBTQIA+ por andarem em grupo e ocuparem espaços de ensino, comunitários e de

educação superior poderiam excluir outros jovens que não se identificam como LGBTQIA+. Isso se deve porque gênero, sexualidade, raça, classe e outros marcadores sociais de diferenças agem de formas diversas na relação afetiva que estabelecemos com os lugares (topofilia), bem como no sentimento de aversão (topofobia) e, juntas, constroem a nossa identidade espacial: a forma como nos relacionamos com o espaço e suas representações. (Almeida, 2022).

Desse modo, questionamos junto aos participantes, se os serviços ofertados são percebidos como espaços de acolhimento ou espaços de reiteração da violência institucional? A diversidade de perspectivas presentes no ambiente escolar desafia constantemente a construção de saberes que possam atender às demandas e realidades de uma sociedade plural e dinâmica. Há de se questionar até que ponto nossas práticas de educação e saúde são percebidas pelos jovens como fortaleza de proteção ou como território inimigo. O corpo-nome estranho, intocável acima de qualquer dor, devido à exposição produzida, faz com que haja a busca de apoio aos estigmas e preconceitos. A partir do compartilhamento de experiências e reflexões de profissionais e gestores se percebem os desafios implicados nas territorialidades casa-rua, para que escola e serviço de atenção básica façam parte dos mapas de segurança, ou seja, a construção subjetiva da escola e comunidade como territórios seguros a adolescentes e jovens enquanto minorias de gênero e sexualidade.

Dentre distintos atores sociais que estão imbricados na produção do estigma, certamente a família foi representada como a mais resistente. É proeminente a necessidade de mediação entre criança/adolescente e a família, uma vez que os educadores são solicitados pelos alunos para ajudá-los no processo de comunicação sobre sua sexualidade/gênero com os familiares. O uso do Nome Social é uma das principais estratégias para promover o reconhecimento da singularidade identitária das minorias LGBTQIA+ e em alguns casos de

jovens transgêneros, também a busca pelo tratamento de hormonização.

O uso do nome social pode e deve ser adotado pelas instituições de ensino, como preconiza a Portaria n. 33/2018 do MEC (Brasil, 2018). No Rio Grande do Sul, um decreto do governador N° 48.118, de 27 de junho de 2011 regulamentou a adoção do nome social nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2011, p. 2). Além disso, em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou que pessoas transgênero têm o direito de alterar o nome e o gênero em documentos oficiais sem a obrigatoriedade de submeter-se a cirurgia de redesignação sexual ou obter autorização judicial.

Contudo, segundo Carmo, Fumes e Lira (2021), assinalam que as portarias e os decretos exigem que os responsáveis legais autorizem a utilização do nome social nos ambientes escolares. O impedimento da adoção do nome social ao público jovem, acarreta prejuízos sociais e educacionais, contribuindo com as estatísticas de bullying, constrangimento, assédio e evasão escolar. Estudos sobre a relação família-escola (Saraiva-Junges & Wagner, 2016) apontam a complexidade da temática, a necessidade de propostas de intervenção para otimização da parceria efetiva entre escola e famílias e a incipiência de produções acadêmicas sobre o tema no Brasil. Além disso, a autora reforça que uma boa relação entre família-escola é preditora de saúde mental para as crianças.

Valores morais considerados tradicionais pela sociedade (Silva, Cardoso, J., Cardoso, R., & Gonçalves, 2021), provocam uma resistência dos pais (que comumente também são profissionais de serviços da saúde e educação, como é o caso dos participantes da nossa pesquisa-intervenção). Ocorre uma dissonância em entender o “mundo” dos filhos, esses que já nasceram em um contexto em que a pluralidade de gênero e orientação sexual é algo natural. Os preconceitos e estigmas em torno das pessoas LBTTQIA+ são atravessados pelo modelo patriarcal da família

brasileira. Assim, há uma dificuldade em visibilizar a diversidade de modos de pensar as noções de família.

Todavia, a privacidade familiar só é garantida àquelas reconhecidas como tais, na medida em que a institucionalização de uma moralidade neoconservadora significa uma intervenção do Estado nas escolhas de famílias e sujeitos que não se conformam aos moldes tradicionais como as famílias pobres, negras e de diversidade LGBTQIAP+, por exemplo (Quintela, 2020). No Brasil, o neoconservadorismo, uma união entre o conservadorismo e o neoliberalismo, promove a ideia de que a família, especialmente a mulher, deve assumir responsabilidades que antes eram atribuídas ao governo (Biroli, Vaggione, & Machado, 2020, p. 190). Esse imperativo atua na propagação das violências, com a finalidade de criticar e até punir as condutas que não se encaixam no padrão imposto, buscando incansavelmente enquadrá-los em condutas e valores socialmente aceitos (Toledo & Teixeira Filho, 2013).

Todavia, em uma pesquisa-intervenção, os agenciamentos coletivos que escapam dos imperativos que excluem e marginalizam certas populações demandaram um processo de educação permanente destinado à rede de atendimento. A partir desse espaço, emergiu também o compartilhamento de linhas de fuga ao sistema vigente: “A importância do acolhimento ao jovem para depois lidar com a família” (Diário de Campo, 2022) ou de “Não reforçar a exclusão achando que pessoas LGBTQIA+ devem ser atendidas em local específico para essas questões de gênero e sexualidade”. (Diário de Campo, 2022).

A respeito das possíveis estratégias relatadas que têm sido efetivas no processo de trabalho e que parecem ser importantes enquanto meio de enfrentamento e acolhimento às situações de preconceito, estigma e violências, envolve acolher, conversar e orientar os alunos quando forem comunicar para a família. Outro caminho é a utilização de contação de histórias, reportagens, filmes, reuniões e palestras com temáticas de gênero e

sexualidade. Em relação às famílias, está em destaque a ênfase em “acolher o sentimento dos pais e orientar que o tempo pode ajudar a desconstruir pensamentos que já estão enraizados”. (Diário de Campo, 2022)

2) Encontros de educação teórico-práticas

Entre diversas expressões do preconceito e do estigma à juventude LGBTQIA+, a política neoconservadora anterior às últimas eleições presidenciais, expressou-se no ataque a quaisquer possibilidades de acesso às temáticas relativas à equidade de gênero. A ideologia neoconservadora possui duas correntes aparentemente distintas: a base conservadora baseada na conservação da moral e tradições antigas (e obviamente machistas e colonialistas) e no liberalismo, que incorpora os pressupostos neoliberais como o individualismo, meritocracia e livre mercado (Lima & Hypólito, 2019).

A expressão no cenário político, revela o temor da perda de privilégio de certas masculinidades cisheteronormativas sobretudo contra corpos que são feminilizados. Como bem exemplificado na reação dos vereadores supracitados, ocorre um “pânico moral” por parte da sociedade ao se questionar os lugares hierarquicamente desiguais.

Oriente & Alves (2022) traçaram uma revisão bibliográfica ao longo de cinco anos (2016 a 2021), de abordagem qualitativa, a partir dos descritores: políticas educacionais e gênero; gênero e educação. Percebeu-se que temáticas sobre gênero são frequentemente negligenciadas nas políticas públicas, devido à influência de grupos neoconservadores. Contudo, também há progressos nas práticas de promoção da equidade e combate a diversas formas de discriminação.

Os principais achados do processo de análise de demanda na primeira etapa que consiste na pesquisa-intervenção foram analisados e levados em consideração no

planejamento e implantação de encontros teórico-práticos com os profissionais e gestores participantes. Apesar do cenário desfavorável, novas estratégias se solidificaram durante esse período. A encomenda de um espaço por qualificação das ações direcionadas a jovens no eixo saúde-educação, materializou-se no interior das políticas públicas de saúde do município, o planejamento da implantação da Política Municipal de Equidade em Saúde, tendo como propulsor evento de capacitação de profissionais de saúde e da educação que eram referências técnicas do PSE.

Foram realizados dois encontros teórico-práticos com profissionais da saúde e educação. Nesta intervenção, os conteúdos foram ordenados em cinco tópicos, quais sejam: 1. Promoção da Equidade em Saúde no eixo saúde-educação; 2. Práticas de Atendimento, Acolhimento e Cuidado à adolescentes e jovens LGBTQIA+; 3. Educação para Equidade de Gênero; 4. Diversidade Sexual e de Gênero; e, 5. Direitos Conquistados. Nos espaços de educação teórico-práticos para equidade de gênero, fora salientando como os profissionais têm percebido a dimensão do preconceito (de profissionais, gestores e familiares) como algo a ser dirimido com acesso à informação e espaços de sensibilização em torno de certas temáticas, objeto de estigmas e tabu social.

Ressalta-se, nesse estudo, a compreensão que foi trabalhada com os participantes sobre a dimensão das relações de gênero. O conceito “gênero” emerge de autoras/es como Butler (2007), que ao expor que talvez sexo sempre tenha sido gênero, possibilita a desvinculação entre sexo e gênero, contestando a lógica binária ao desatrelar a anatomia genital à identidade humana.

Para Butler (2015), essas práticas reforçam os papéis sociais de gênero, que são determinados de forma compulsória, muitas vezes antes mesmo do nascimento do sujeito, quando se descobre se a criança é um menino ou uma menina. A autora compreende essa enunciação de “interpelação fundante”, porque será repetida inúmeras vezes até alcançar uma

essência que produz “verdades”. A escola terá então, a partir do poder de uma suposta neutralidade em atribuir ao feminino a maternidade como intrínseca à natureza da mulher, ao passo que reforça no masculino, a potencialização da virilidade, produtividade física e laboral.

Tendo em vista esse contexto, destaca-se a importância do estudo de Blankenheim, Pizzinato e Costa (2022) para compreender as ações relacionadas aos temas de sexualidade e gênero implementadas no contexto escolar brasileiro, onde pôde-se analisar criticamente o conceito de educação sexual através de Jones (2011). O autor propõe uma compreensão ampla de educação sexual, mais abrangente do que apenas fornecer informações sobre reprodução. Ele destaca a importância de atividades críticas e reflexivas sobre relações de poder e diversidades. Para Jones (2011), existem quatro principais discursos na educação sexual: o conservador, o liberal, o crítico e o pós-moderno. O discurso conservador, presente educação brasileira, se atrela na disciplina de corpos heterossexuais e exclui as diversidades. A didática de ações conservadoras na educação em torno do gênero e sexualidade são hierárquicas, unilaterais e de transmissão da sexualidade como algo perigoso à vida social.

Já o discurso liberal, permite uma postura mais ativa do/a aluno/a sobre a temática. O facilitador tem como objetivo de preparar o sujeito para suas escolhas sobre sexualidade de maneira mais ampla. No entanto, a responsabilidade individual predomina sobre a perspectiva social (Jones, 2011). O discurso crítico, terceiro ponto abordado pelo autor, amplia os entendimentos sobre relações de gênero e sexualidade ao incluir as questões sociais indissociáveis a um rol de produções de subjetividade e situações que inclui leituras sobre sexualidade no cenário social e político. Ele reconhece e problematiza as desigualdades, vulnerabilidades e estigmas existentes.

O discurso pós-moderno, recomendado por muitos estudiosos no campo dos direitos

LGBTQIAP+ no âmbito escolar, coloca em questão as os jogos de verdades produzidos sobre o assunto. Ou seja, a sexualidade enquanto um dispositivo de saber-poder vai para além de uma prática sexual, apesar da circunscrição normativa pautar a reprodução e sexualidade com algo a ser regulado. As reflexões sobre sexualidade e relações de gênero no discurso pós-moderno, sublinham as relações de poder, a exclusão de determinados corpos e as violências e preconceitos reiterados no cenário social. Assim, a equidade de gênero não deve ser buscada em padrões e modelos genereficados mas sim a multiplicidade dos modos de existência. (Jones, 2011).

Considerando que as políticas públicas são materializadas pelo conceito de gênero, (Scott, 1995), a análise das perpetuações e rupturas nos contextos históricos que movimentaram determinadas produções de masculinidades e feminilidades em diversos territórios (escola, comunidade, serviços de saúde) facilita a expansão e o aprimoramento do escopo de políticas públicas vigentes – tanto para sujeitos consideradas legítimos, como os descaracterizados de biogitimidade⁸. Nesse sentido, esse projeto de pesquisa pós-doutoral, parte de uma perspectiva endereçada por Jones (2011) como “pós-moderna”.

Diante dessa perspectiva mencionada, que Jones (2011) identifica como “pós-moderna”, o embasamento teórico-metodológico dessa pesquisa possibilita o reconhecimento acerca da temática com base nas interseccionalidades. Desse modo, a escolha pelo termo “Equidade” reforça a necessidade de promover processos que conduzam a uma educação em direção à igualdade e à justiça, mediante a eliminação das diferenças desnecessárias e evitáveis. Isso exige um olhar e uma escuta capazes de perceber as pluralidades de corpos, desejos e necessidades.

Um dos aspectos sobressalentes dessa etapa da pesquisa-intervenção foi de que as percepções dos educadores e profissionais da saúde, participantes da pesquisa, emergem de uma experiência enquanto profissionais, mas também de experiências vividas enquanto pais/mães/filhos. Ou seja, nessa perspectiva, as fronteiras entre o corpo instituições, corpo família e corpo individual são borradas. O pessoal é político (Varikas, 1997) e o público e o privado produzem agenciamentos subjetivos múltiplos e indissociáveis entre si.

Algumas falas chamaram atenção ao longo do encontro, entre elas, uma das profissionais relata sobre o filho: “Lá em casa a gente aceita, mas meu esposo já disse que na rua e na escola ele não tem que ir de unha pintada” (Diário de Campo, 2023). Em seguida, outra profissional relata a dificuldade que enfrentou para requerir o nome social do filho trans em uma escola municipal da cidade. “Me corta o coração saber que alguns adolescentes não têm apoio, porque mesmo apoiando meu filho, nós tivemos muitas brigas com a escola até que o nome social fosse respeitado [...]” (Diário de Campo, 2023).

No que diz respeito ao nome social, trata-se de uma prática que oferece às pessoas transgênero e não-binárias a possibilidade de escolherem um nome que corresponda à sua identidade de gênero. O uso do nome social é reconhecido e protegido por legislação específica em alguns estados e municípios. Várias locais e órgãos públicos vêm adotando o nome social em seus registros para designar a população transgênero de acordo com sua solicitação.

Segundo os relatos dos profissionais que participaram da análise da demanda de pesquisa-intervenção no município participante, evidencia-se uma dificuldade dos professores com os alunos que solicitam troca do nome civil pelo nome social, pois referem que não há possibilidade de troca no ambiente

⁸ O reconhecimento político do corpo e das origens do sofrimento a ele associado é o que Didier Fassin (2017), chama de biogitimidade.

escolar. Receosos das possíveis retaliações por parte das famílias e das instituições, a maioria dos profissionais só aceitam mudanças após o encaminhamento de documento que comprove nome social. Um dos exemplos é lembrado por uma professora a respeito de um adolescente com menos de 18 anos e transgênero. Apesar da família não saber a respeito de seu gênero auto identificado, todos os colegas o chamavam pelo nome social. Em uma prova, esse adolescente escreveu o nome no qual se identifica, mas foi negado pois não era o mesmo da folha de chamada. Foi então que o adolescente assinou novamente com o nome de registro (Diário de Campo, 2023).

Outro aspecto pertinente, refere-se aos efeitos psicossociais que pudemos refletir coletivamente. Para as pessoas participantes da pesquisa-intervenção, os suicídios e as tentativas de suicídio por vezes não chegam aos serviços de saúde do SUS e são reflexo do rechaço da família a respeito da diversidade de sexualidade e gênero vivida pelos filhos. Diversos foram os relatos de adolescentes que tentaram suicídio devido à falta de apoio. Silva et al. (2021) destacaram que um dos motivos de rejeição e negação por parte dos familiares em relação aos adolescentes LGBTQIA+ são os valores morais considerados tradicionais, principalmente religiosos. Por outro lado, o apoio prestado pela família e o acesso a informações fortalece os sujeitos que enfrentam o processo de redesignação de gênero.

Apresentada essas problemáticas sociais no município estudado, o processo de pesquisa-intervenção, suscitou a sensibilização e qualificação das práticas de profissionais da rede de saúde e educação, além do fortalecimento de políticas públicas como o Programa Saúde na Escola e a implantação da Política de Promoção de Equidade em Saúde. A pesquisa, posteriormente, fora expandida para o Programa de Saúde na Escola da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, devido ao interesse do PSE/SES/RS em implantar estratégias de educação teórico-práticas que têm sido realizadas em modalidade online, para abranger profissionais da educação

e saúde dos diversos municípios do Rio Grande do Sul. A flexibilidade das metodologias qualitativas e ativas, em não apenas se adaptar aos novos cenários, mas colocar os desafios e agenciamentos coletivos de transformação enquanto analisadores, dissolvem a separação entre coleta de dados e resultados da pesquisa, na medida que constroem com diversos atores envolvidos transformações no processo de pesquisar e fazer a gestão do cuidado nas políticas públicas.

Considerações finais

Coexiste no cenário social, a demanda de profissionais e gestores por espaços de compartilhamento e capacitação sobre a diversidade de gênero e sexualidade. Por outro lado, aspectos sócio-históricos e culturais provocam constantes tensionamentos e retrocessos no cotidiano das instituições e no processo de trabalho dos profissionais envolvidos na atenção a crianças, adolescentes e jovens. Ressaltamos alguns aspectos centrais ao longo do processo de pesquisa: há uma reiteração do estigma e preconceitos nas práticas de saúde e educação; as ações do PSE demonstram maior enfoque na saúde a partir da abordagem biológica; a maioria dos profissionais da saúde e educação admitem necessidade em obter capacitações e abertura de suas práticas e; o maior desafio dos profissionais é no acolhimento a adolescentes e jovens LGBTQIA+ na mediação com a família.

Muitos adolescentes e jovens LGBTQIA+ ainda dependem de iniciativas isoladas no acolhimento humanizado por parte de profissionais de referência, ao invés da instituição de estratégias efetivas institucionais no eixo saúde-educação. Destaca-se, portanto, a importância da inclusão de jovens LGBTQIA+ e suas famílias no ambiente escolar. Algumas possibilidades de inclusão envolvem a sensibilização e acolhimento das famílias, execução de políticas inclusivas e uso de materiais educativos adequados, permitindo a alteração de nome/gênero nos registros

escolares e reconhecendo diferentes estruturas familiares. Essas medidas visam a criação de um ambiente seguro e acolhedor para todos os

estudantes, promovendo a diversidade e o respeito à identidade de gênero e orientação sexual.

Referências

- Aires, S., & Bustamante, V. (2024). Supervisão clínico-institucional e Psicanálise: uma aposta que se faz em ato. In: *Supervisão, instituições e formação: fundamentos e invenções*. Edufba: Salvador, 175-192.
- Almeida, V. S. (2022). Representing the Perception of Violence in São Paulo, Brazil. In *Mental Maps: Queer Cartography as a Theoretical and Methodological Approach*. Springer, Cham, pp. 31-44.
- Aguiar, Katia Faria de; Rocha, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 27, p. 648-663, 2007.
- Baremblytt, G. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Instituto Félix Guattari.
- Biroli, F., Vaggione, J. M., & Machado, M. D. D. C. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo Editorial.
- Blankenheim, T., Pizzinato, A., & Costa, Â. B. (2022). Evaluation of a formative intervention on sexuality and gender for early childhood education teachers. *Ribeirão Preto: Paidéia*, 32, e3216. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3216>
- Brasil. (2011). *Portaria nº 2.836, de 11 de dezembro de 2011*. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas,
- Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html.
- Brasil. (2013). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: MS. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.
- Brasil. (2016). *Decreto nº8.727, de 28 de abril*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial, Brasília, DF. Seção 1 p. 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm.
- Brasil. (2018). *Ministério da Educação. Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018*. Que institui a possibilidade de uso do nome social nas instituições de educação básica de todo o país. Brasília, DF. 2018. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-33-de-17-de-janeiro-de-2018-1932467>.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Butler, J. (2007). *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Paidós.

- Butler, J. (2015). *Corpos que importam/Bodies that matter*. Sapere Aude, 6(11), 12-16.
- Carmo, B. C. M. do, Fumes, N. de L. F., & Lira, W. P. de. (2021). Direito ao uso do nome social por estudantes transgêneros em contraposição ao poder familiar. *Educação*, 46(1), e24/ 1–26. <https://doi.org/10.5902/1984644440406>.
- Casemiro, J. P., Fonseca, A. B. C. D., & Secco, F. V. M. (2014). Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. *Ciência & saúde coletiva*, 19, 829-840.
- Chinazzo, Í. R., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., Saadeh, A., & Costa, A. B. (2021). Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 5045-5056.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(01), 241-282.
- Dantas. (2018). Dantas, M. L. G. (2018). *Mediações sobre gênero, sexualidade e violências: caminho metodológico para a elaboração de uma proposta de curso EaD no âmbito do Programa Saúde na Escola para o Plano Brasil sem Miséria* (Doctoral dissertation). Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Informação, Comunicação e Saúde (Icict), FIOCRUZ. André de Faria Pereira Neto (Orientador). <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27422>
- Deleuze, G. (1990). ¿Que és un dispositivo? Em: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 155-161. <https://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>
- Dóbies, D. V. (2022). Em busca de agentes inquietantes para os coletivos: uma revisão conceitual articulada à Análise Institucional. *Mnemosine*, 18(1). <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2022.66396>
- Dunn, T. L., Gonzalez, C. A., Costa, A. B., Nardi, H. C., & Iantaffi, A. (2014). Does the minority stress model generalize to a non-US sample? An examination of minority stress and resilience on depressive symptomatology among sexual minority men in two urban areas of Brazil. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(2), 117. <https://psycnet.apa.org/record/2014-26599-011>
- Ercoles, C.; Miranda, S.; & Maio, E. R. (2020). Reflexões sobre a educação para pessoas trans na educação formal. In: *Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos* [livro eletrônico]. Humberto da Cunha Alves de Souza, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, Toni Reis, (orgs.).1. ed. Curitiba : IBDSEX, 228-232.
- Fassin, Didier. (2017). *Writing the world of policing: the difference ethnography make*. Didier Fassin (Org.) University of Chicago Press. 320 p.
- Feijo, M.; & Fontanari, A. M. V., Boeira, L. D. S., Wendt, G., Bloniewski, T., & Costa, A. B. (2022). Improving School Outcomes for Transgender and Gender-Diverse Youth: A Rapid Review. *Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences*, 9(1), 27-34. [10.1177/23727322211068021](https://doi.org/10.1177/23727322211068021)
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. Em: _____ Microfísica do poder. 8ª. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2018: 363-406.

- Gomes, J. A. S.; & Tesser, Z. C. Jr. (2022). Experiências de médicos de família e comunidade no cuidado com a saúde de pacientes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. *Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*, 17(44), 2407. [https://doi.org/10.5712/rbmfc17\(44\)2407](https://doi.org/10.5712/rbmfc17(44)2407)
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2011). Decreto nº 48.118 de 27 de junho. Dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências. *Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=56269
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2012). *Decreto nº 49.122 de 17 de maio*. Institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_Tod asNormas=57735&hTexto=&Hid_IDNorma=57735
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2021). Plano Estadual de Saúde: 2020-2023. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul.
- Grespan, C. L., & Goellner, S. V. (2012). “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. *Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade*,(19). <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v0i19.5251>
- Guattari, F. (2006). *Micropolítica: cartografias del deseo*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Guizardi, F. L., Lopes, M. C. R., & Cunha, M. L. S. (2015). Contribuições do Movimento Institucionalista para o estudo de políticas públicas de saúde. Porto Alegre: Rede UNIDA.
- Guizzo, B. S., & Felipe, J. (2016). Gênero e sexualidade em políticas contemporâneas: entrelaces com a educação *Roteiro*, 41(2), p. 475–490. doi: [10.18593/r.v41i1.7546](https://doi.org/10.18593/r.v41i1.7546)
- Jones, T. M. (2011). Saving rhetorical children: sexuality education discourses from conservative to post-modern, *Sex Education*, 11(4), 369-387. doi: [10.1080/14681811.2011.595229](https://doi.org/10.1080/14681811.2011.595229).
- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, 4(9), 103-117. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>
- Klug, M., Lima., Lebedeff, T. (2016). A leitura em sala de aula como mediadora de construção de igualdade de gênero. *Interthesis*. Vol. 13. Nº01. Jan/Abril – 2013. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2016v13n1p95>
- Kroeff, R. F. S., Gavillon, P. Q., & Ramm, L. V. (2020). Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campotema na pesquisa-intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 464–480. <https://doi.org/10.12957/ep.2020.52579>
- Lapassade, G. (1998). Da multirreferencialidade como “bricolagem”. In: *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: EdUFSCar, 126-148.
- Lima, I. G. D., & Hypolito, Á. M. (2019). A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, 45, e190901.

- Lourau, R. (1975). *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Lourau, R. (2020). Dos indicadores sociais aos analisadores sociais. *Mnemosine*. Vol.16, nº1, p. 232-246.
- Louro, G. L. (2018). Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Formação Docente – *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v.3, n.4, p. 62-70, 25 maio 2018. <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31>
- Martins, C. F. (2017). Gênero e sexualidade na educação contemporânea. ID on line. *Revista de Psicologia*, 10(33), 257-270. <https://doi.org/10.14295/idonline.v10i33.652>
- Mattos, R. A. D., & Baptista, T. W. D. F. (2015). *Caminhos para análise das políticas de saúde*. 1ª Edição, Porto Alegre, Rede Unida.
- Moura, T.; Garraio, J. & Roque, S. (2012) «Título da página eletrônica: Instituto Promundo», *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 96 | 2012, publicado a 15 fevereiro. <http://journals.openedition.org/rccs/4882> <https://doi.org/10.4000/rccs.4882>
- Ministério da Saúde. (2020). *Censos, Contagem e projeções intercensitárias, segunda faixa etária, sexo e situação de domicílio*. Tabwin, DATASUS. <https://datasus.saude.gov.br/tranferencia-de-arquivos/>
- Mongelli, F., Perrone, D., BaLDUcci, J., Sacchetti, A., Ferrari, S., Mattei, G., & Galeazzi, G. M. (2019). Minority stress and mental health among LGBT populations: An update on the evidence. *Minerva Psichiatrica*, 60(1), 27-50. <https://psycnet.apa.org/record/2019-35873-005>
- Oriente, S. B., & Alves A. M. I. . (2022). O Estado da Arte em políticas públicas educacionais de gênero no Brasil. *REVES - Revista Relações Sociais*, 5(1), 13777–01. 59 <https://doi.org/10.18540/revesv15iss1pp13777-01-16e>
- Quintela, H. F. (2020). Uma Eva diferente: experiências e trajetórias evangélicas de mulheres trans. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - *Universidade Federal de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, 2020. 310 f.
- Rocha, M. L. (2006). Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. *Psico*, 37(2). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1431>
- Rodrigues, H. D. B. C. (2000). À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In Paulo Amarante (ed.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Editora Fiocruz.
- Rosa, E. B. P. R. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos PET-Filosofia*, 18(2). <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171>.
- Santos, E. M., & Adinolfi, V. T. S. (2021). A saúde escolar do final do século XVIII ao programa saúde na escola, do paradigma do higienismo à saúde colectiva. *Revista electrónica de enseñanza de las ciencias*, 20(3), 381-395. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8117897>
- Santos, H. B; Knevitz, A.; & Costa, A.B. (2024). Grupo com jovens LGBTQIAP+: relato de experiência em um Centro de Atenção Psicossocial. *Revista Interterritórios*. UFPEL. v. 10 n. 19. doi: <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261704>
- Saraiva-Junges, L. A., & Wagner, A. (2016). Os estudos sobre a Relação Família-Escola

- no Brasil: uma revisão sistemática. *Educação*, 39(4), s114-s124. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.21333>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20 (2).
- Shihadeh, N. A., Pessoa, E. M., & da Silva, F. F. (2021). A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. *Barbarói*, (58), 172-194. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i58.14765>
- Silva, J. C. P., Cardoso, R. R., Cardoso, A. M. R., & Gonçalves, R. S. (2021). Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(07), 2643-2652. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08332021>
- Sousa, M. C. Esperidião, M. A., & Medina, M. G. (2017). A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(6). <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.24262016>
- Souza, J. dos S., Marques, J. M., Scanavino, M. de T., Zamignani, D. R., & Costa, A. B. (2022). Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 069-085. <https://doi.org/10.18761/DH027.mart22>
- Supremo Tribunal Federal [STF]. (2018). Decisão que regulamenta a alteração do nome e do gênero em documentos oficiais sem a necessidade de cirurgia: Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275/DF e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132/RJ.
- Toledo, L. G., & Teixeira Filho, F. S. (2013). Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 376-391.
- Varikas, E. (1997). O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. *TEMPO Revista do Departamento de História da UFF*, 2(3), 59-80.

Dados sobre as autoras:

- *Helen Barbosa dos Santos*: Pós doutoranda do Grupo de Estudos em Preconceito, vulnerabilidade e processo psicossociais da Pós Graduação da PUCRS (bolsista CNPQ desde julho de 2022); Professora Visitante da Universidade Federal de Rio Grande (início em fevereiro de 2024). Doutora e Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Núcleo em Estudos de relações de gênero, sexualidade e raça pela UFRGS (NUPSEX). Especialista em Gestão de Redes em Atenção em Saúde pela Fiocruz. Especialização/Residência em Atenção Básica em Saúde Coletiva e Atenção em Saúde Indígena pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul.
- *Ana Carolina Leal Trajano*: Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. Graduanda em Psicologia pela PUCRS e Bolsista de Iniciação Científica do grupo Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais.
- *Angelo Brandelli Costa*: Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, e do Programa de Pós-graduação em Ciências Medicina e Ciências da Saúde da PUCRS. Supervisor de Pós-Doutorado.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.
